



CONCURSO PÚBLICO PARA O ENSINO SUPERIOR

PROFESSOR I COM GRADUAÇÃO EM DIREITO – 07/12/2022

Direito Constitucional

01) De acordo com a Constituição Federal de 1988, são inalistáveis:

- a) Analfabetos e estrangeiros.
- b) Maiores de 16 anos e menores de 18 anos e os conscritos.
- c) Estrangeiros e conscritos.
- d) Os maiores de 70 anos e os analfabetos.

02) João Roberto, precisa que o 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais da cidade de Araçatuba/SP, sua terra natal, expeça a segunda via de sua certidão de nascimento. Nada obstante, o tabelião titular se recusa acatar o pedido de João Roberto, sob a justificativa de que se o solicitante tivesse sido diligente não teria perdido a primeira via de sua certidão de nascimento. Diante de tal situação, João Roberto poderá se valer de qual remédio constitucional para amparar sua pretensão?

- a) Habeas Data.
- b) Habeas Corpus.
- c) Mandado de Segurança.
- d) Mandado de Injunção.

03) Acerca dos meios de Controle da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) O *habeas data* é o remédio constitucional adequado para atacar lesão ou ameaça de lesão a direito líquido e certo.
- b) O mandado de injunção é concedido sempre que houver a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício de direitos e liberdades do indivíduo.
- c) O *habeas corpus* pode ser impetrado pelo indivíduo que sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- d) O mandado de segurança individual é aquele pelo qual qualquer pessoa poderá provocar o Judiciário quando sofrer lesão ou ameaça de lesão a direito líquido e certo, não amparado por *habeas data* nem por *habeas corpus*.

04) Determinada entidade de classe de âmbito nacional propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra medida provisória rejeitada, alegando que a omissão do Congresso Nacional em editar o decreto legislativo disciplinando as relações jurídicas dela decorrentes manteve os atos praticados durante

sua vigência regidos pela norma inconstitucional. Consoante o entendimento doutrinário e jurisprudencial a respeito do controle de constitucionalidade brasileiro, é possível afirmar que:

- a) A entidade de classe não possui legitimidade para a propositura de ação no controle concentrado abstrato.
- b) A Ação Direta de Inconstitucionalidade não é o meio idôneo para contestar atos normativos que não mais estão em vigor, o que impede que o conhecimento da ação.
- c) A ADI é cabível, devendo a entidade de classe, no entanto, comprovar os requisitos de pertinência temática e assistência advocatícia.
- d) Dada a aplicação do princípio da fungibilidade em sede de controle concentrado abstrato, a mencionada ADI pode ser conhecida como Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

05) Suponha que o Presidente da República, decorridos sessenta dias da abertura da sessão legislativa, tenha deixado de apresentar suas contas ao Congresso Nacional. Em razão da inércia presidencial, o mesmo órgão decide proceder à respectiva tomada de contas. Em um segundo momento, por meio de decreto legislativo, decide fixar os subsídios dos deputados, senadores e ministros de Estado.

Com base nos dispositivos constitucionais pertinentes, é possível afirmar que o Congresso Nacional:

- a) Extrapolou as competências a ele atribuídas pela Constituição, ao proceder à tomada de contas do Presidente, mas agiu corretamente ao fixar as remunerações mencionadas por meio de decreto legislativo.
- b) Agiu em total desconformidade com o que determina a Carta Maior, vez que a tomada de contas compete, na verdade, à Câmara dos Deputados, devendo as remunerações dos referidos agentes políticos serem estabelecidas em lei.
- c) Apenas poderia, por ato próprio, ter fixado os subsídios dos deputados e senadores, mas não a dos ministros de Estado, em respeito à separação dos Poderes.
- d) Agiu em consonância com o que determina a atual Constituição, no que concerne à tomada de contas, já que tal atribuição pertence exclusivamente ao Congresso Nacional, responsável por julgar as contas do Presidente.

06) Determinada escola da rede pública municipal incluiu, em sua grade horária, disciplina específica voltada ao ensino da religião católica. Diante dessa situação, muitos pais de alunos adeptos de outras religiões protestaram contra a alteração curricular, sentindo que a liberdade religiosa de seus filhos estaria ameaçada. À luz dos comandos constitucionais pertinentes e da interpretação jurisprudencial que vem sendo dada ao tema, assinale a alternativa correta:

- a) O ensino religioso confessional só é permitido em escolas particulares, sendo proibido em estabelecimentos de ensino da rede pública, em respeito à laicidade estatal.
- b) O STF entende que o ensino religioso nas escolas públicas, ainda que ministrado por meio de disciplinas de matrícula obrigatória, não representa ofensa à laicidade do Estado.
- c) Não há ofensa à liberdade de crença, considerando que cabe ao Estado a prestação de assistência religiosa em estabelecimentos civis e militares.
- d) Desde que a matrícula na disciplina mencionada seja facultativa e a mesma oportunidade seja estendida aos adeptos das demais religiões, não há ofensa à liberdade religiosa e à laicidade estatal.

07) Dentre as alternativas abaixo, aponte a que apresenta a resposta correta, de acordo com a CF/88.

- a) Compete tão somente à União legislar sobre direito tributário.
- b) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário. Contudo, a competência da União se limita ao estabelecimento de normas gerais.
- c) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
- d) Ainda que inexistam leis federais sobre normas gerais, os Estados não exercerão a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades.

08) Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de direito e tem, entre outros, como fundamento, exceto:

- a) a soberania.
- b) a erradicação da pobreza e da marginalização.
- c) o pluralismo político.
- d) a dignidade da pessoa humana.

09) A nossa Constituição Federal de 1988, procurou proteger inúmeros direitos e garantias fundamentais. Entre outras, existe a garantia à liberdade de expressão, das alternativas a seguir qual que reflete o dispositivo constitucional citado:

- a) “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.”
- b) “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.”
- c) “é assegurado a todos o acesso à informação, sendo vedado o sigilo da fonte.”
- d) “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos.”

10) Renato pretende ingressar em cargo ou emprego público no Brasil, e como é seu amigo te pede orientação sobre como funciona o ingresso em cargo ou emprego público, com base na Constituição Federal, você corretamente informa que:

- a) o ingresso em cargo público exige prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, exigência não aplicável aos empregos públicos.
- b) os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração apenas podem ser preenchidos por servidores públicos efetivos, ao contrário das chamadas “funções de confiança”.
- c) aquele aprovado em concurso público será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira, desde que durante o prazo improrrogável previsto no edital do concurso.
- d) o prazo de validade do concurso público será de, no máximo, um ano, prorrogável uma vez, por igual período.

Direito Administrativo

11) Os contratos administrativos, segundo a doutrina, são regidos predominantemente pelo direito público, caracterizando-se pela verticalidade na relação entre a administração e o

particular contratado. Em relação ao tema, levando em consideração a Lei 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato de compra refere-se à aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 20 (vinte) dias da ordem de fornecimento.
- b) Os contratos administrativos, bem como seus aditamentos sempre terão a forma escrita.
- c) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
- d) Os contratos por escopo são aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

12) O dever da Administração de justificar seus atos, apontando-lhes os fatos e fundamentos jurídicos do ato, decorre, especificamente, do princípio:

- a) da legalidade.
- b) da motivação.
- c) da publicidade.
- d) da moralidade.

13) Em relação à intervenção do estado na propriedade privada, assinale a alternativa correta:

- a) As limitações administrativas referem-se à proteção de bens com valor cultural, histórico, artístico, científico, turístico e paisagístico.
- b) A desapropriação indireta ocorre quando a desapropriação não observa o devido processo legal, ou seja, quando o Poder Público não declara o bem como de interesse público ou paga a devida indenização.
- c) A tredestinação ocorre quando o expropriante pode tomar posse provisória do bem antes de finalizada a ação de desapropriação, desde que haja declaração de urgência pelo Poder Público e depósito prévio.
- d) A servidão administrativa caracteriza-se no uso transitório de imóveis privados por parte do Poder Público, com o fito de dar suporte à execução de obras ou serviços públicos.

14) A determinação de que a Administração deve exercer sua atividade administrativa de acordo com os objetivos legais. Estão representados pelos seguintes princípios:

- a) da moralidade e da publicidade.
- b) da eficiência e da impessoalidade.
- c) da legalidade e da finalidade.
- d) da finalidade e da oficialidade.

15) Com base na Lei 8.429/1992, que dispõe sobre improbidade administrativa, atualizada pela Lei 14.230/21, assinale a alternativa correta.

- a) Constitui ato de improbidade administrativa que causa enriquecimento ilícito, a ação ou omissão dolosa de agente que aja de maneira ilícita na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
- b) Em caso de culpa grave que importe dano ao erário, ficará o agente sujeito a perda da função pública e suspensão dos direitos políticos até 14 anos, dentre outras cominações previstas na lei.

- c) Configura ato de improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa de lei não pacificada.
- d) Será configurado como ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, punível somente em caso de conduta dolosa.

16) O presidente de uma autarquia federal expediu um ato administrativo para nomear uma pessoa aprovada em concurso público para ocupar o cargo de provimento efetivo. Levando-se em consideração as espécies de atos administrativos, selecione o ato cuja forma e conteúdo característicos melhor se adequam à finalidade descrita:

- a) Regulamento
- b) Instrução normativa.
- c) Portaria
- d) Autorização

17) Sobre os atributos do ato administrativo, julgue o item incorreto:

- a) A presunção de legitimidade é iuris tantum e está presente em todos os atos administrativos.
- b) A presunção de veracidade do ato administrativo também encontra na doutrina a denominação de fé pública.
- c) A autoexecutoriedade está presente em todos os atos administrativos.
- d) A imperatividade diz respeito à possibilidade de imposição de sanções administrativas, derivando do poder extroverso do Estado.

18) A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A convalidação do ato administrativo é a retificação de vícios sanáveis, tornando o ato eficaz.
- b) A revogação do ato administrativo opera efeitos extunc.
- c) Os atos compostos são aqueles formados pela vontade de dois ou mais órgãos independentes entre si.
- d) Em razão do princípio da autotutela, somente a Administração Pública poderá anular atos administrativos ilegais.

19) Em relação ao conceito, origem e principais institutos do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) Em razão do princípio da indeclinabilidade da jurisdição, é absolutamente inadmissível a existência de coisa julgada administrativa.
- b) Nosso ordenamento jurídico admite a instância administrativa de curso forçado em algumas situações específicas.
- c) Nenhuma constituição brasileira fez previsão acerca da possibilidade de existência de contencioso administrativo.
- d) O Direito Administrativo é muito bem definido pelo critério do Poder Executivo.

20) Com base na Lei 8.429/1992, que dispõe sobre improbidade administrativa, atualizada pela Lei 14.230/21, assinale a alternativa correta:

- a) É competência privativa do Ministério Público a representação à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

- b) É indispensável a efetiva perda patrimonial do ente, em caso de facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular de bens públicos.
 - c) Caracteriza-se como ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.
 - d) O exercício de função pública ou de suas competências é condição suficiente para configuração de ato de improbidade, inexistindo a necessidade de comprovação de ato doloso e com fim ilícito.
-

Direito Processual Civil

21) Acerca do Direito Processual Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O objeto da relação jurídica processual e da relação jurídica de direito material é o mesmo, qual seja: o bem da vida tutelado.
- b) A relação jurídica processual tem como uma de suas características a unidade.
- c) A relação jurídica processual impescinde da relação jurídica material.
- d) A obra do francês Arnault de Guényvau, no século XIX, é considerada a certidão de nascimento do Direito Processual Civil.

22) No que diz respeito à formação, suspensão, extinção do processo e pressupostos processuais, assinale a alternativa correta.

- a) Constituem pressupostos processuais para postular em juízo o interesse e a legitimidade.
- b) Extingue-se o processo pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.
- c) A extinção do processo dar-se-á por decisão interlocutória.
- d) O juiz resolverá o mérito quando indeferir a petição inicial.

23) Sobre a audiência de instrução e julgamento, assinale a alternativa correta.

- a) O juiz somente tentará conciliar as partes na audiência de instrução quando não tiver sido realizado emprego de método anterior.
- b) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente, o autor, o réu, o perito e as testemunhas.
- c) A audiência poderá ser adiada por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 15 (quinze) minutos do horário marcado.
- d) Diante da impossibilidade de realização da instrução, do debate e do julgamento no mesmo dia, o juiz marcará seu prosseguimento para a data mais próxima possível, em pauta preferencial.

24) Dentre todas as disposições previstas pelo Código de Processo Civil de 2015, há a chamada tutela provisória. Nesse sentido, assinale a alternativa afirmativa que aborde corretamente sobre a tutela de evidência, como espécie de tutela provisória.

- a) A tutela de evidência somente poderá ser concedida, quando restar devidamente demonstrado o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- b) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando a petição inicial for instruída com prova

documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

c) A tutela da evidência será concedida, quando realizada a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo nos casos em que ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

d) Nos casos em que se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, será cabível tutela provisória de urgência.

25) Acerca do disposto no Código de Processo Civil sobre impedimento e suspeição, assinale a alternativa correta.

a) Há suspeição do juiz quando for parte no processo ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, inclusive

b) Configura impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo em que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo.

c) Deverá o juiz ao declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, declarar suas razões.

d) Se reconhecer o impedimento ou a suspeição ao receber a petição, o juiz ordenará imediatamente a remessa dos autos a seu substituto legal, caso contrário, determinará a autuação em apartado da petição e, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentará suas razões, acompanhadas de documentos e de rol de testemunhas, se houver, ordenando a remessa do incidente ao tribunal.

26) É possível o ingresso ulterior de um terceiro na lide, no âmbito dos juizados especiais e independentemente da vontade do autor, no caso de

a) denúncia da lide.

b) nomeação à autoria.

c) litisconsórcio passivo necessário.

d) assistência.

27) Quanto à forma, tempo e lugar dos atos processuais, assinale a alternativa correta.

a) Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa, sendo que o documento redigido em língua estrangeira somente poderá ser juntado aos autos quando traduzido por tradutor juramentado.

b) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, desde que antes de iniciado o processo.

c) Processam-se durante as férias forenses, onde as houver, e se suspendem pela superveniência delas, inclusive, a ação de alimentos e os processos de nomeação ou remoção de tutor e curador.

d) Os atos processuais realizar-se-ão ordinariamente na sede do juízo, ou, excepcionalmente, em outro lugar em razão de deferência, de interesse da justiça, da natureza do ato ou de obstáculo arguido pelo interessado e acolhido pelo juiz.

28) De acordo com o código de processo civil, o autor poderá aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir

a) até o saneamento do processo, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias.

- b) a qualquer tempo do processo, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 20 (vinte) dias.
- c) até a citação do réu, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.
- d) a qualquer tempo do processo, sem consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias.

29) Não podem ser admitidos como testemunhas, exceto:

- a) Colaterais até 4º grau, por consanguinidade ou afinidade, de alguma das partes.
- b) Amigo íntimo das partes
- c) Colateral até 3º grau, por consanguinidade ou afinidade de alguma das partes.
- d) Descendentes, por consanguinidade ou afinidade de alguma das partes.

30) Renúncia e desistência são atos de disposições do recurso. Sobre os referidos institutos, assinale a alternativa correta:

- a) A renúncia é ato bilateral, ao passo que a desistência é unilateral.
- b) A renúncia equivale a uma revogação do recurso interposto.
- c) A renúncia é ato praticado antes da interposição do recurso, enquanto a desistência lhe é contemporânea.
- d) A desistência do recurso impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida.

Direito Tributário e Financeiro

31) Compete aos Municípios instituir imposto sobre:

- a) Renda e proventos de qualquer natureza.
- b) Propriedade territorial rural.
- c) Serviços de qualquer natureza, exceto operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- d) Transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.

32) Suponha que a União, diante da ocorrência de situação atípica no país, decidida instituir novo tributo, tendo como fato gerador a circulação de mercadorias e serviços, destinado a reforçar os cofres públicos e fazer frente às despesas do Estado. Nessa situação, a leitura atenta dos dispositivos constitucionais atinentes à matéria permite concluir que,

- a) A União poderá criar, com base no fato gerador descrito, um novo imposto, desde que mediante lei complementar e no exercício de sua competência residual.
- b) Estará autorizada a criação, por medida provisória, do Imposto Extraordinário de Guerra, caso se trate de iminente guerra externa.
- c) Uma nova contribuição especial poderá ser instituída para essa finalidade, mediante lei complementar.
- d) A União poderá editar medida provisória instituindo empréstimo compulsório, no contexto mencionado, desde que respeitados os princípios da anterioridade anual e nonagesimal.

33) Os Princípios Orçamentários são premissas, linhas norteadoras a serem observadas na concepção e execução da lei orçamentária. Válidos para todos os entes e para todos os Poderes, visam a aumentar a consistência e estabilidade do sistema orçamentário. Por isso, são as bases nas quais se deve orientar o processo orçamentário e são impositivos no orçamento público, apesar de não terem caráter absoluto por apresentarem exceções.

Segundo o princípio _____, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes do ente, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta.

Trata-se do princípio da (o):

- a) Totalidade.
- b) Unidade.
- c) Universalidade.
- d) Orçamento Bruto.

34) Nos termos do CTN, nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, EXCETO:

- a) Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.
- b) O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo espólio.
- c) Os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes.
- d) Os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.

35) Nos termos do CTN, no que se refere às modalidades de extinção do crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) A imposição de penalidade ilide o pagamento integral do crédito tributário.
- b) Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, o pagamento é efetuado na repartição competente do domicílio do sujeito ativo.
- c) O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, salvo motivo de força maior.
- d) Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

36) De acordo com a Constituição Federal e com o CTN, no que se refere aos impostos de competência dos Municípios e do Distrito Federal, assinale a alternativa incorreta:

- a) Cabe à lei ordinária fixar as alíquotas máximas e mínimas do ISS.
- b) O IPTU poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel, e ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- c) Cabe à lei complementar excluir da incidência do ISS as exportações de serviços para o exterior.
- d) O IPTU não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades abrangidas pela imunidade sejam apenas locatárias do bem imóvel.

37) No caso de falência, os créditos quirografários terão preferência sobre:

- a) os créditos derivados da legislação trabalhista, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho.
- b) créditos extraconcursais.

- c) as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, incluídas as multas tributárias.
- d) os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado.

38) Sobre o IPVA, assinale a alternativa correta:

- a) O IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.
- b) Tal imposto terá alíquotas mínimas fixadas pelo Congresso Federal.
- c) O referido imposto terá alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.
- d) O IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas em função da origem do veículo.

39) De acordo com o CTN atualizado pela Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, É sabido que, de acordo com o art. 175 do CTN, a isenção e a anistia excluem o crédito tributário. A partir da afirmativa, assinale a alternativa correta:

- a) A exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.
- b) A isenção, salvo quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.
- c) A anistia abrange as infrações cometidas antes e posteriormente à vigência da lei que a concede, não sendo aplica, contudo, aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções.
- d) A anistia pode ser concedida limitadamente às infrações da legislação relativa a determinado tributo, bem como às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza.

40) Quanto ao Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD de quaisquer bens ou direitos, assinale a afirmativa incorreta.

- a) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal.
- b) relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- c) terá competência para sua instituição regulada por lei complementar.
- d) relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde estiver localizado o bem.

Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho

41) Conforme o disposto na legislação trabalhista, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário nos seguintes casos, exceto:

- a) Até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento
- b) Por 2 (dois) dias por ano para acompanhar filho de até 5 (cinco) anos em consultas médicas.
- c) Até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada.
- d) Por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.

42) Quanto à alteração do contrato de trabalho, nos termos da CLT:

- a) Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
- b) No caso de o cargo de confiança ter sido exercido por dez ou mais anos, o afastamento, sem a ocorrência de um justo motivo, gera a manutenção do pagamento da gratificação de função.
- c) Se houver no contrato de trabalho cláusula que permite ao empregador transferir o empregado para outros locais, em caso de necessidade de serviço, é indevido o adicional de transferência.
- d) É ilícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.

43) A respeito da prescrição e da decadência no direito processual do trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) Contra os menores de 16 (dezesesseis) anos não corre nenhum prazo de prescrição.
- b) A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, salvo se proposta perante juízo incompetente.
- c) Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de dois anos.
- d) A declaração da prescrição intercorrente deve ser requerida, de forma expressa, pela parte. Não pode o juiz declarar de ofício.

44) Com relação às provas no Processo do Trabalho, assinale a alternativa incorreta.

- a) É do empregador o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS, pois o pagamento é fato extintivo do direito do autor.
- b) É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.
- c) Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniforme são inválidos como meio de prova. Nesse caso, haverá a confissão ficta do empregador.
- d) A testemunha que for parente até o terceiro grau civil das partes não prestará compromisso e seu depoimento valerá como simples informação.

45) Conforme normas aplicáveis às custas processuais e aos emolumentos no Processo Judiciário do Trabalho:

- a) As autarquias municipais não estão isentas do recolhimento de custas processuais.
- b) Apenas a União, dentre os entes federativos, está isenta do pagamento de custas processuais, ainda que vencida, visto que a Justiça do Trabalho é órgão do Poder Judiciário Federal.
- c) O Ministério Público do Trabalho não está isento de recolhimento de custas processuais.
- d) As sociedades de economia mista não estão isentas de custas processuais.

46) De acordo com o art. 8º da CLT, são fontes do direito do trabalho, exceto:

- a) Jurisprudência, analogia e equidade.
- b) Jurisprudência, doutrina e costumes.
- c) Usos e costumes.
- d) Direito comparado.

47) No tocante às férias, assinale a alternativa correta:

- a) A primeira parcela do 13º salário pode ser recebida por ocasião das férias. Neste caso, o empregado deve solicitar o adiantamento por escrito ao empregador até janeiro do respectivo ano.

- b) Na hipótese do empregado, durante as férias, ser chamado para trabalhar por três dias, garante ao trabalhador o direito de receber apenas os dias trabalhados.
- c) O abono pecuniário de férias tem natureza salarial.
- d) As férias individuais e férias coletivas podem ser fracionadas em até três períodos.

48) Aberta a audiência, o juiz propôs a conciliação. Ato contínuo, Reclamante e a empresa Reclamada firmaram acordo. Sabe-se que o termo que fora lavrado valerá como decisão irrecorrível. Nesse caso, a respeito do termo de conciliação, assinale a alternativa correta.

- a) O termo de conciliação não se torna irrecorrível para o João se ele comprovar que o acordo lhe causará prejuízo.
- b) O termo de conciliação se torna irrecorrível para a Previdência Social.
- c) De acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, o termo de conciliação só será impugnável através de Ação Rescisória.
- d) O termo de conciliação poderá ser impugnável por recurso ordinário.

49) São elementos fático-jurídicos componentes da relação de emprego, exceto:

- a) pessoa física ou jurídica
- b) personalidade
- c) subordinação
- d) onerosidade

50) No que se refere ao aviso prévio, assinale a alternativa incorreta:

- a) O aviso prévio não pode ser concedido na fluência do prazo da garantia de emprego, haja vista os dois institutos serem incompatíveis.
- b) O professor tem direito ao aviso prévio na hipótese de dispensa sem justa causa ao término do ano letivo ou no curso das férias escolares.
- c) Deve constar como data de saída na carteira de trabalho a data do término do aviso prévio, desde que este não seja indenizado.
- d) As gorjetas integram a remuneração do empregado, mas não integram a base de cálculo de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.

Direito Previdenciário

51) No que concerne à seguridade social e aos princípios que a orientam, assinale a única opção correta:

- a) Doutrinariamente, reconhece-se a dimensão objetiva da seguridade social, a qual diz respeito à universalidade de cobertura, sendo a universalidade do atendimento relacionada à sua dimensão subjetiva.
- b) A seguridade social consiste em um sistema solidário e não contributivo, de cobertura e atendimento universais e administração descentralizada.
- c) Os objetivos da seguridade social possuem conteúdo principiológico e não vinculante, servindo para nortear a ação do Poder Público.
- d) O caráter solidário e universal da seguridade pressupõe a não-seletividade dos benefícios e serviços aos mais necessitados.

52) Acerca da diferença entre o conceito de empresa e empregador doméstico, e outros assuntos correlatos é correto o que se afirma em:

a) Ambos os conceitos são sinônimos.

b) Empresa é a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional. Já o empregador doméstico, é a pessoa ou família que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.

b) Empresa é a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, excluídos os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional. Já o empregador doméstico, é a pessoa ou família que admite a seu serviço, com ou sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.

d) Empresa é a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, somente com fins lucrativos, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional. Já o empregador doméstico, é a pessoa ou família que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico

53) Acerca da prescrição e da decadência em matéria previdenciária, julgue o item correto.

a) No julgamento da ADI 6096, o STF considerou imprescritível o direito de pleitear de forma inicial o benefício previdenciário.

b) Prescreve em dez anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social.

c) O direito da Previdência Social de anular os atos administrativos que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários prescreve em 5 anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

d) O direito da seguridade social de cobrar seus créditos, regularmente constituídos, prescreverá no prazo de dez anos, contado da data de sua constituição definitiva.

54) Michael, aposentado do Regime Geral de Previdência Social, contando com 77 anos de idade, estava em um círculo de discussão com seus amigos, quando resolver debater acerca do custeio da seguridade social. Nessa ocasião, Michael afirmou incorretamente:

a) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.

b) A seguridade social seria financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de contribuições sociais.

c) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

d) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

55) A cerca dos entendimentos sumulados pelos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

a) O benefício acidentário, no caso de contribuinte que perceba remuneração variável, deve ser calculado com base na última remuneração do beneficiário.

b) A ação acidentária prescinde do esgotamento da via administrativa.

- c) A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data da concessão do benefício.
- d) Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da sentença.

56) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, assinale o item que transcreve corretamente o disposto na Constituição Federal de 1988:

- a) Equidade e equivalência dos benefícios salvo quanto às populações urbanas e rurais.
- b) Universalidade da cobertura e do atendimento.
- c) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços apenas para população urbana.
- d) Redutibilidade do valor dos benefícios.

57) Acerca do tema qualidade de vida no serviço público, julgue os itens e assinale a alternativa incorreta.

- a) A implementação de horários flexíveis de trabalho e a instituição de programas de incentivo podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida no trabalho no âmbito do serviço público.
- b) A melhoria da saúde e da qualidade de vida do servidor público gera impacto na satisfação da população que recebe a prestação do serviço.
- c) São variáveis que podem indicar o grau de satisfação do servidor público no ambiente de trabalho: a satisfação com o trabalho realizado, o reconhecimento pelos resultados e os relacionamentos no dia a dia.
- d) A qualidade de vida no trabalho é um tema muito mais afeto aos trabalhadores da iniciativa privada, uma vez que não afeta o nível de satisfação do servidor público.

58) Com base na legislação relativa aos crimes contra a previdência social, julgue os itens a seguir e aponte a alternativa incorreta:

- a) A competência para julgar as ações que INSS figure como parte será a Justiça Federal, salvo em casos relacionados a acidente de trabalho em que será a Justiça Estadual.
- b) Extingue-se a punibilidade do agente, no crime de estelionato contra a previdência social, caso haja a devolução à Previdência Social da vantagem percebida ilicitamente antes do recebimento da denúncia.
- c) Constitui crime inserir na folha de pagamento, objetivando fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório.
- d) Constitui o delito de sonegação de contribuição previdenciária suprimir contribuição social previdenciária por meio da omissão de receitas ou lucros auferidos pela empresa.

59) Em relação aos segurados do RGPS, assinale o item que se encontra incorreto.

- a) Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, por até três meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
- b) A percepção do auxílio acidente por si só não conservará a qualidade de segurado da Previdência Social.
- c) A perda da qualidade de segurado será considerada para a concessão das aposentadorias programada e especial.

d) O segurado acometido de doença de segregação compulsória manterá a qualidade de segurado por mais 12 meses após cessar a segregação, independentemente do recolhimento de contribuições.

60) No tocante ao processo de julgamento das decisões administrativas em matéria previdenciária, assinale o item correto.

a) O INSS não poderá reformar suas decisões, deixando de encaminhar o recurso à instância competente, caso a reforma da decisão seja favorável ao interessado.

b) A propositura pelo interessado de ação judicial que tenha por objeto idêntico pedido sobre o qual verse o processo administrativo não importará renúncia ao direito de contestar e recorrer na esfera administrativa.

c) Os recursos interpostos tempestivamente contra as decisões proferidas pelas Juntas de Recursos e pelas Câmaras de Julgamento do CRPS não possuem efeito suspensivo.

d) Caberá recurso de ofício da decisão que exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo, conforme ato do Ministério da Economia.

Direito Ambiental e Direito Agrário

61) Os procedimentos indicados para processamento ou destinação de embalagens de defensivos agrícolas após a utilização incluem

a) incineração.

b) devolução na unidade de recebimento.

c) enterramento.

d) dupla lavagem.

62) Considerando a Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), julgue o item correto.

a) A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta lei, terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.

b) Quem, de qualquer forma, concorre para a prática de um crime previsto na Lei dos Crimes Ambientais, incide nas penas a estes cominadas. Contudo, não é possível responsabilizar pessoas jurídicas pela prática de tais crimes, mas tão somente pessoas físicas.

c) Verificada uma determinada infração ambiental, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos. Os animais serão prioritariamente entregues a jardins zoológicos, ou, sendo tal medida inviável ou não recomendável por questões sanitárias, serão liberados em seu hábitat.

d) Em razão das queimadas no Pantanal, onças estão fugindo de seus redutos e atacando rebanhos bovinos de determinadas fazendas na região. Devido a essa excepcional situação, para proteger os rebanhos, os proprietários destas fazendas estão autorizados, independentemente de autorização do poder público, a abater os referidos animais silvestres.

63) Em relação à Reserva Legal, é correto afirmar:

a) Poderá ser instituída Reserva Legal em regime de condomínio ou coletiva entre propriedades rurais.

b) Não existe previsão legal para a exploração econômica da Reserva Legal.

- c) A Reserva Legal é área correspondente a 20% do imóvel rural em todas as regiões do Brasil.
- d) As áreas de Preservação Permanente não podem ser computadas para fazer parte da área de Reserva Legal.

64) Assinale a alternativa que traz o conteúdo incorreto de uma das Súmulas do STJ que trata sobre direito ambiental.

- a) Não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental..
- b) Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer não podendo ser cumulada com a condenação de indenizar.
- c) As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.
- d) A inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental.

65) A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios, exceto:

- a) planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais.
- b) educação ambiental exclusivo em nível de ensino superior.
- c) recuperação de áreas degradadas.
- d) racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar.

66) A Constituição Federal prevê entre as competências comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- a) legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição
- b) autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
- c) legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- d) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

67) A Lei nº 12.651/2012 que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, prevê que uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas, trata-se do conceito de:

- a) Amazônia Legal.
- b) Reserva Legal.
- c) Área de Preservação Permanente – APP.
- d) Manejo sustentável.

68) Sobre o tópico Tombamento, previsto na Constituição Federal, se trata de um dos tipos de intervenção do Estado na Propriedade privada, tendo como principal fundamento o princípio da Supremacia do Interesse Público. Sobre o tema é correto afirmar:

- a) A competência para legislar sobre tombamento é privativa da União.
- b) O tombamento é uma restrição parcial ao direito de propriedade, pois não retira a propriedade do bem do particular

- c) Em regra a simples decretação do Tombamento de um bem automaticamente enseja o direito de indenização ao seu proprietário.
- d) O direito de propriedade é reconhecido e consolidado pela Constituição Federal como um direito fundamental absoluto.

69) Estabelece o artigo 225, da Constituição Federal, que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Quanto a responsabilidade levando em consideração a CF e a Lei nº 9.605/98, assinale a alternativa incorreta:

- a) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- b) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, exceto quanto impossível fazê-lo.
- b) A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato
- c) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

70) Sobre o disposto na Lei 9.605/1998 é correto afirmar:

- a) Nas infrações penais previstas nesta Lei, a ação penal é pública condicionada a representação.
- b) Constitui crime apenas o ato de soltar balões que possam provocar incêndios.
- c) Não é crime o abate de animal, quando realizado por ser nocivo o animal, desde que assim caracterizado pelo órgão competente
- d) Verificada a infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.

Direito Empresarial

71) A respeito da companhia ou sociedade anônima, disciplinada pela Lei nº 6.404/76, assinale a alternativa incorreta.

- a) A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.
- b) Pode ser objeto da companhia qualquer empresa com ou sem fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes.
- c) O nome do fundador, acionista, ou pessoa que por qualquer outro modo tenha concorrido para o êxito da empresa, poderá figurar na denominação.
- d) Pode ser objeto da companhia qualquer empresa de fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes.

72) Em razão do falecimento de seu pai, Bruno procurou um advogado para receber orientação sobre como proceder para o correto tratamento da herança. Dentre os bens e direitos deixados pelo *de cuius*, constavam quotas sociais de uma sociedade simples pura. A esse respeito, é correto afirmar que:

- a) O contrato social pode disciplinar o tema, prevendo a aquisição das quotas sociais do falecido pelos demais sócios, por exemplo. Porém, caso o contrato social seja omissivo, não é possível que os sócios remanescentes optem pela dissolução da sociedade.
- b) Caso o contrato social não trate do tema, deve-se proceder à liquidação das respectivas quotas sociais, a não ser que os sócios remanescentes optem pela dissolução da sociedade, ou que entrem em acordo com os herdeiros para a substituição do sócio falecido.
- c) Caso o contrato social não trate do tema, é possível que os sócios remanescentes entrem em acordo com os herdeiros para a substituição do sócio falecido, mas não é possível que optem pela dissolução da sociedade.
- d) No caso de morte de sócio, em sociedades simples puras, deve-se proceder à liquidação das respectivas quotas sociais, a não ser que os sócios remanescentes entrem em acordo com os herdeiros para a dissolução da sociedade.

73) A respeito da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, assinale a alternativa correta.

- a) O nome empresarial da empresa individual de responsabilidade limitada deve adotar necessariamente a modalidade de denominação social e indicar a expressão “EIRELI” ao final.
- b) No momento de constituição da empresa individual de responsabilidade limitada deve ser integralizado no mínimo cinquenta por cento do capital social subscrito.
- c) O capital social da empresa individual de responsabilidade limitada não pode ser inferior a cem vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
- d) A empresa individual de responsabilidade limitada admite a contribuição consistente em prestação de serviços.

74) Dois médicos, Arthur e Sophia, resolveram constituir sociedade para a abertura de um consultório. A esse respeito, é correto afirmar:

- a) Se o atendimento da clínica for prestado exclusivamente por outros médicos contratados para esse fim, de modo que Artur e Rafael não se dediquem à prestação pessoal do serviço, limitando-se a organizar a atividade desenvolvida, a sociedade deve ser considerada empresária.
- b) Ainda que o atendimento da clínica seja prestado diretamente pelos sócios, a contratação de uma recepcionista para auxiliá-los, por si só, já será suficiente para caracterizar a sociedade como empresária.
- c) Os médicos são profissionais intelectuais, de modo que a sociedade por eles constituída para a abertura do consultório deve necessariamente ser considerada de natureza simples.
- d) Se os médicos constituírem uma sociedade de natureza simples, não será possível adotar o tipo societário da sociedade limitada.

75) Sobre a operação societária chamada de transformação, marque a correta:

- a) O ato de transformação depende de dissolução ou liquidação da sociedade, e obedecerá aos preceitos reguladores da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se.
- b) A transformação depende do consentimento de todos os sócios, salvo se prevista no ato constitutivo, caso em que o dissidente não poderá se retirar da sociedade.
- c) A transformação modificará, mas não prejudicará, em qualquer caso, os direitos dos credores.
- d) Sociedade que concentrar todas as cotas em um único sócio poderá requerer no Registro Público de Empresas Mercantis, a transformação do registro da sociedade para empresário individual ou para empresa individual de responsabilidade limitada, observado, no que couber, o disposto na legislação sobre a transformação.

76) A incorporação é um tipo de operação societária prevista em nossa legislação, sobre esse assunto marque a opção errada:

- a) Aprovados os atos da incorporação, a incorporada declarará extinta a incorporadora, e promoverá a respectiva averbação no registro próprio.
- b) Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos.
- c) A deliberação dos sócios da sociedade incorporada deverá aprovar as bases da operação e o projeto de reforma do ato constitutivo.
- d) A sociedade que houver de ser incorporada tomará conhecimento desse ato, e, se o aprovar, autorizará os administradores a praticar o necessário à incorporação, inclusive a subscrição em bens pelo valor da diferença que se verificar entre o ativo e o passivo.

77) Sobre a fusão:

- a) A fusão determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações devidamente escriturados.
- b) Até dois anos após publicados os atos relativos à incorporação, fusão ou cisão, o credor anterior, por ela prejudicado, poderá promover judicialmente a anulação deles.
- c) A fusão será decidida, na forma estabelecida para os respectivos tipos, pelas sociedades que pretendam unir-se.
- d) Constituída a nova sociedade, aos sócios incumbe fazer inscrever, no registro próprio da sede, os atos relativos à fusão.

78) Sobre o contrato de compra e venda empresarial, marque a opção que não está de acordo com a lei:

- a) Também se poderá deixar a fixação do preço à taxa de mercado ou de bolsa, em certo e determinado dia e lugar.
- b) É lícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação.
- c) Não sendo a venda a crédito, o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.
- d) Nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço, sempre ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do comprador, e a cargo do vendedor as da tradição.

79) Os titulares de ações são chamados de acionistas, existe uma série de direitos e deveres atribuídos aos acionistas previstos na lei, assim, são direitos essenciais dos acionistas, exceto:

- a) participar dos lucros sociais;
- b) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação;
- c) votar nas deliberações da assembleia geral.
- d) fiscalizar, na forma prevista nesta Lei, a gestão dos negócios sociais;

80) Sobre o Conselho Fiscal da Sociedade Anônima:

- a) A função de membro do conselho fiscal é indelegável.
- b) A companhia terá um conselho fiscal e o estatuto disporá sobre seu funcionamento, de modo permanente em todos os exercícios sociais.

- c) O conselho fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, sempre acionistas, eleitos pela assembléia-geral.
- d) Na constituição do conselho fiscal o quórum de acionista minoritário é de 20% (vinte por cento) ou mais das ações com direito a voto;
-

Direito Penal

81) A respeito do sujeito passivo de infrações penais, é incorreto o que se afirma em:

- a) Crime Vago é aquele que não possui sujeito passivo.
- b) Sujeito passivo é a pessoa ou ente que sofre as consequências da infração penal.
- c) O Estado será sempre o sujeito passivo mediato, interessado na manutenção da paz pública e da ordem social, sem prejuízo de eventualmente figurar como sujeito passivo imediato.
- d) Sujeito passivo imediato é o titular do interesse penalmente protegido.

82) Acerca da possibilidade de Pessoa Jurídica figurar no polo ativo de infração penal, é correto o que se afirma em:

- a) Não há previsão no ordenamento jurídico a qual induza à imputação de infração penal à pessoa jurídica.
- b) A pessoa jurídica poderá figurar como sujeito ativo de crime contra a administração pública.
- c) Sociedade de Economia Mista não pode figurar como sujeito ativo de crime ambiental.
- d) A responsabilização penal da Pessoa Jurídica independe da responsabilização da Pessoa Física em tese responsável no âmbito da empresa.

83) A respeito da classificação doutrinária dos crimes, é incorreto o que se afirmar em:

- a) Crime plurissubjetivo é aquele em que a conduta criminosa é fracionada em diversos atos que, somados, provocam a consumação.
- b) No crime de consumação antecipada, ou formal, o resultado naturalístico é previsto, mas dispensável.
- c) No crime permanente a execução se protraí no tempo por determinação do sujeito ativo.
- d) No crime consumado reúnem-se todos os elementos de sua definição legal.

84) Acerca dos crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral, assinale a alternativa correta.

- a) O peculato culposo se verifica quando o agente, sem ter a intenção de participar do crime funcional acaba, em razão do seu descuido, colaborando para isso. Nesse caso, a reparação do dano, antes da sentença irrecorrível, reduz pela metade a pena imposta.
- b) O peculato impróprio ou peculato furto caracteriza-se não pela apropriação ou desvio, mas sim pela subtração de um bem que estava sob a guarda da administração, valendo-se o funcionário da facilidade que o cargo lhe proporciona, e não se confunde com o peculato de uso.
- c) A conduta do agente que deixa de fazer algo que estava obrigado em razão da função, em razão de pedido ou influência de outrem, caracteriza o crime de condescendência criminosa.
- d) A conduta do funcionário que exige tributo que sabe ou deveria saber indevido configura o crime de concussão.

85) São causas de exclusão de ilicitude, previstas no Código Penal:

- a) o exercício regular de um direito e a embriaguez fortuita.

- b) a menoridade penal e a legítima defesa.
- c) o estado de necessidade e o exercício regular de um direito.
- d) o estado de necessidade e a coação moral irresistível.

86) Paulo cometeu o crime de peculato contra a administração pública brasileira enquanto estava a serviço do Brasil em missão na França. Processado pela justiça francesa, foi absolvido em sentença que transitou em julgado.

Considerando a legislação penal sobre o fato narrado, é correto afirmar que:

- a) Paulo poderá ser punido no Brasil, ainda que tenha sido absolvido por sentença transitada em julgado proferida pela justiça francesa.
- b) Paulo não poderá ser punido no Brasil por ter sido absolvido pela justiça francesa com trânsito em julgado.
- c) Paulo poderá ser punido no Brasil, desde que para isso cumpra alguns requisitos, como entrar em território nacional.
- d) Paulo não poderá ser punido no Brasil, pois a lei penal brasileira não alcança fatos praticados no exterior.

87) Sobre o crime de desacato, assinale a alternativa correta:

- a) Não se exige que a conduta seja praticada na presença do funcionário público.
- b) A mera desobediência a ordem legal do funcionário público configura desacato.
- c) O STJ entende que a conduta relativa ao desacato foi descriminalizada, numa interpretação à luz da convenção americana de direitos humanos.
- d) O crime de desacato somente se configura se a conduta é praticada contra funcionário público no exercício da função ou em razão dela.

88) O conceito de funcionário público para fins penais é bastante amplo, diverso do conceito que se encontra em outros ramos do Direito. Para além disso, há a figura dos equiparados a funcionário público para fins penais, alargando ainda mais tal conceito.

Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta figura que não se enquadra no conceito de funcionário público para fins penais, nem mesmo por equiparação:

- a) funcionário de empresa privada contratada para a prestação de serviço de conservação e limpeza em órgão público
- b) estagiário de Tribunal de Justiça
- c) ocupante de cargo em comissão em autarquia
- d) empregado público celetista

89) A respeito da lesão corporal, conforme previsão do Código Penal, é correto afirmar:

- a) Se ocorrer a morte como consequência, o agente deverá responder pelo crime de homicídio, ainda que o dolo fosse apenas de provocar a lesão.
- b) O juiz não poderá reduzir a pena se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.
- c) Sendo as lesões recíprocas e não sendo graves o juiz poderá substituir a pena de detenção pela de multa.
- d) O crime de lesão corporal leve será sempre de ação penal pública condicionada à representação da vítima.

90) Durante a pandemia de COVID-19 foi editada lei penal que criminalizava a conduta de frequentar locais públicos sem o uso de máscara de proteção no rosto. A referida lei teria validade entre 20.03.2020 e 20.07.2020. No dia 10.06.2020, José foi a uma praça pública passear com seu animal de estimação e não usou máscara no rosto. No dia 21.07.2020 a lei já não mais se encontrava em vigor e José ainda não havia sido punido.

Atento ao caso narrado, é correto afirmar que tal lei se configura como:

- a) Lei temporária, e José poderá ser punido pelo fato praticado
 - b) Lei excepcional, e José poderá ser punido pelo fato praticado
 - c) Lei temporária, e José não poderá mais ser punido pelo fato praticado
 - d) Lei excepcional, e José não poderá mais ser punido pelo fato praticado
-

Direito Processual Penal

91) No que diz respeito à ação penal, assinale a alternativa correta.

- a) A representação será irretratável, depois do recebimento da denúncia.
- b) A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo.
- c) O Ministério Público poderá desistir da ação penal.
- d) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes gerais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

92) João foi preso em flagrante por crime inafiançável pela Autoridade Policial. Por motivos desconhecidos, não foi realizada a audiência de custódia.

A Autoridade Policial remeteu os autos do flagrante ao Ministério Público, o qual requereu a prisão preventiva de João, tendo o Juiz dado provimento ao requerimento ministerial.

Com base no entendimento jurisprudencial, é correto afirmar que:

- a) A prisão preventiva deve ser revogada em razão da não realização da audiência de custódia.
- b) A não realização de audiência de custódia no prazo legal acarretará, não só a nulidade da prisão preventiva, como a automática nulidade de todos os atos processuais produzidos.
- c) A não realização da audiência de custódia acarretará na nulidade da prisão preventiva decretada, a qual não poderá mais ser decretada no curso da persecução penal, mas não implicará a anulação dos demais atos.
- d) A ausência de realização de audiência de custódia é irregularidade que não conduz à automática revogação da prisão preventiva, cabendo ao juízo da causa promover análise acerca da presença dos requisitos autorizadores da medida extrema.

93) A respeito do costume como fonte do processo penal, é correto afirmar:

- a) É fonte formal mediata ou indireta.
- b) É fonte material.
- c) Não é aceito como fonte no direito processual brasileiro.
- d) É fonte formal imediata ou direta.

94) Sobre as disposições previstas no Código de Processo Penal, acerca da sentença criminal, assinale a alternativa correta.

- a) Qualquer das partes poderá, no prazo de 5 (cinco) dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.
- b) Havendo aditamento, cada parte poderá arrolar até 6 (seis) testemunhas, no prazo de 5 (cinco) dias, ficando o juiz, na sentença, adstrito aos termos do aditamento.
- c) A sentença não poderá ser datilografada.
- d) O querelante ou o assistente será intimado da sentença, pessoalmente ou na pessoa de seu advogado. Se nenhum deles for encontrado no lugar da sede do juízo, a intimação será feita mediante edital com o prazo de 10 dias, afixado no lugar de costume.

95) Considerando as disposições previstas no Código de Processo Penal, sobre citação e intimação, assinale a alternativa correta.

- a) A leitura do mandado não constitui requisito da citação, nesta modalidade.
- b) Completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer, será decretada pelo juiz a revelia.
- c) A intimação da sentença será feita ao réu, pessoalmente, ou ao defensor por ele constituído, quando se livrar solto, ou, sendo afiançável a infração, tiver prestado fiança
- d) A intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será eletrônica.

96) Considerando as disposições previstas no Código de Processo Penal, sobre a prisão e a liberdade provisória, assinale a alternativa correta.

- a) prisão preventiva será determinada mesmo nos casos em que for cabível a sua substituição por outra medida cautelar.
- b) Apenas as autoridades policiais e seus agentes podem prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- c) Na falta ou no impedimento do escrivão, será necessária a presença de ao menos 2 pessoas designadas pela autoridade, que serão incumbidas de lavrar o auto, depois de prestado o compromisso legal.
- d) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.

97) A respeito do acordo de não persecução penal (ANPP), é correto o que se afirma em:

- a) A infração penal ser praticada sem violência ou grave ameaça e ter pena mínima de até 4 (quatro) anos está dentre os requisitos necessários para que o Ministério Público ofereça o ANPP.
- b) Descumpridas quaisquer das condições estipuladas no acordo de não persecução penal, o Ministério Público deverá comunicar ao juízo, para fins de sua rescisão e posterior oferecimento de denúncia.
- c) Ainda que seja possível o oferecimento de ANPP, será cabível a proposta de transação penal.
- d) Se juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, as reformulará de acordo com seu entendimento e homologará o acordo.

98) Acerca do emprego de algemas, indique a alternativa correta:

- a) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física de terceiros.
- b) O emprego ilícito de algemas não é capaz de ensejar à nulidade da prisão, tendo em vista constituir-se em mera irregularidade.

- c) É vedado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como durante o período de puerpério imediato.
- d) Não é vedado o uso de algemas em mulheres presas quando do trajeto da parturiente entre a unidade prisional e a unidade hospitalar.

99) A prisão domiciliar ocorre por substituição da prisão preventiva, devendo o indiciado ser recolhido em sua residência. A respeito do tema, indique a alternativa correta que autoriza a prisão domiciliar:

- a) Mulher com filho de até doze anos de idade incompletos, desde que não tenha cometido crime doloso.
- b) Idoso maior de sessenta anos.
- c) Quando a presença do réu ou indiciado for indispensável aos cuidados de pessoa com deficiência.
- d) gestante, ainda que tenha cometido crime de roubo.

100) Considerando as disposições processuais penais a respeito do inquérito policial e o entendimento dos tribunais superiores sobre o assunto, é incorreto o que se afirma em:

- a) se ordenado o arquivamento do inquérito pelo juiz, a autoridade policial só poderá proceder a novas provas se o Ministério Público ordenar seu desarquivamento.
 - b) Caso ocorra o indeferimento do requerimento de abertura do inquérito policial pela autoridade policial, é possível recorrer ao chefe de polícia.
 - c) Se o crime for de ação penal pública condicionada à representação, a abertura do inquérito também estará igualmente condicionada.
 - d) Ao finalizar o relatório do inquérito policial, a autoridade deverá encaminhá-lo ao juiz e oficiar o instituto de identificação e estatística competente.
-